



TERMO DE REFERÊNCIA	
Número:	0435/2024
Data:	Joaçaba, 29.10.2024
De:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
PARA:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/COMPRAS
Assunto:	Solicitação de abertura de processo licitatório

Tendo em vista a aprovação do projeto de engenharia pela mandatária da União, Caixa – GIGOV (Superintendência Regional do Oeste de Santa Catarina), através dos seguintes Contratos de Repasse:

**Lote 1:** Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho I, no valor aprovado de R\$ 503.266,39 (quinhentos e três mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos), para atendimento ao Contrato de repasse OGU n. 954640/2023, Programa 2219 - Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2, celebrado entre o Município de Joaçaba e a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal.

**Lote 2:** Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho II, no valor aprovado de R\$ 549.683,71 (quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos), para atendimento ao Contrato de repasse OGU n. 953513/2023, Programa 2219 - Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2, celebrado entre o Município de Joaçaba e a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, solicitamos a abertura do Processo de Licitação para a pavimentação da Rua Celso Brás de Carli – Trecho I e Trecho II, nos seguintes termos:

### 1. OBJETO E DESTINAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa (s) especializada (s) para a execução de pavimentação na Rua Celso Brás de Carli, no Município de Joaçaba/SC, e será dividida em 2 (dois) lotes, quais sejam:

**Lote 1:** Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho I, no valor aprovado de R\$ 503.266,39 (quinhentos e três mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos), para atendimento ao Contrato de repasse OGU n. 954640/2023, Programa 2219 - Ação 00T1 - Apoio

a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2, celebrado entre o Município de Joaçaba e a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal;

**Lote 2:** Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho II, no valor aprovado de R\$ 549.683,71 (quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos), para atendimento ao Contrato de repasse OGU n. 953513/2023, Programa 2219 - Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2, celebrado entre o Município de Joaçaba e a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal.

## 2. REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de empreitada deve ser global tendo em vista que se trata de Regime Simplificado previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

## 3. EXIGÊNCIA DE PREVISÃO EM EDITAL/MINUTA DO CONTRATO

A realização do objeto pleiteado será possível tendo em vista a aprovação do projeto de engenharia pela mandatária da União, Caixa – GIGOV (Superintendência Regional do Oeste de Santa Catarina).

Assim, solicitamos que conste no edital/minuta do contrato as seguintes cláusulas, além das habitualmente constantes:

a) **SOMENTE PODERÃO SER ACEITAS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS QUE CONTENHAM ATÉ DUAS CASAS APÓS A VÍRGULA, TENDO EM VISTA QUE AO LANÇAR AS INFORMAÇÕES DOS VALORES HOMOLOGADOS NA PLATAFORMA TRANSFEREGOV NÃO É PERMITIDO A REALIZAÇÃO DE ARREDONDAMENTOS.** Deixar bem claro no edital, tendo em vista que todas as vezes temos problemas em relação ao arredondamento;

b) A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado, conforme art, 5º, XI, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28;

c) A autorização para início do objeto ocorrerá após o crédito do recurso de repasse da Primeira Parcela ou Parcela Única na conta vinculada ao Contrato de Repasse, conforme

diretrizes da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n° 28;

d) Os instrumentos do regime simplificado deverão conter, no mínimo, cláusulas específicas que estabeleçam: 1) o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho, que integrará o instrumento celebrado independentemente de transcrição; 2) a obrigação do conveniente em manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;

e) Os recursos serão mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação no mercado financeiro e liberados após verificação da regular execução do objeto pela mandatária;

f) O desbloqueio dos valores na conta vinculada será realizado após o ateste do boletim de medição pelo Fiscal do Conveniente junto ao sistema Transferegov.br. O pagamento da medição final fica condicionado à vistoria in loco a ser realizada pela Mandatária da União/CAIXA, ficando também condicionada à apresentação do Termo de recebimento provisório da intervenção;

g) Fica condicionada a realização do Cadastro Nacional de Obras (CNO). Após a realização do último pagamento ao Fornecedor é condicionante a apresentação da Certidão Negativa da CNO, atestando o cumprimento das obrigações perante a Receita Federal, que deverá ser feito em até 20 (vinte) dias após confirmação do pagamento;

h) As notas fiscais deverão constar as seguintes informações: Programa 5600020230010 2219 - Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2. Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal. Convênio/Contrato de Repasse 953513/2023 e/ou 954640/2023. Número do Contrato. Número do Processo Licitatório. Dados da CNO;

i) O acompanhamento, fiscalização e aferição da evolução das obras será realizado por Eventos, ficando vedado o reconhecimento para liberação do pagamento caso não tenham sido concluídos 100% (cem por cento), estando de responsabilidade do Engenheiro Fiscal verificar as disposições contratuais e legais no que diz respeito as obras e serviços de engenharia contratados com a União;

j) A Produção da placa indicativa da obra deverá ser realizada conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal", conforme modelo disponibilizado;

k) Os serviços adicionais ao pactuado no Contrato de Prestação de Serviços, que não compõem os serviços ordinários, deverão ser custeados pelo causador da demanda;

l) Deve a empresa contratada estar ciente que a realização da obra deve atender os demais requisitos constantes na Portaria nº 28, de 21 de maio de 2024 e Portaria Conjunta nº 33, de 30 de agosto de 2023 (no que não contrariar as regras específicas da Portaria nº 28/2024), e suas alterações, em decorrência de Convênio firmado com a União, bem como as normas do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

m) Demais cláusulas usuais para Obras e Serviços de engenharia que o Município julgar pertinente.

#### 4. DOS LOTES

A contratação deverá ser por lotes, veja-se:

**- Lote 01:**

Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho I.

**- Lote 02:**

Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho II.

#### 5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. O objeto da licitação deverá ser executado conforme os Projetos Básicos, Memoriais Descritivos e demais informações constantes em anexo ao presente memorando.

5.1.1. A forma de julgamento será Menor Preço Global. A forma de execução será Empreitada por Preço Unitário.

5.1.2. O Município poderá exigir que a proponente vencedora execute a obra em duas frentes de trabalho, se necessário, em virtude da quantidade de ruas que compõe o objeto do presente processo licitatório. Tal exigência, será solicitada pelo Fiscal da Obra por escrito e deve ser posta em prática pela empresa vencedora em no máximo 05 (cinco) dias úteis após a requisição.

5.1.3. A empresa contratada deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do contrato a ser firmado, de acordo com o disposto no caput e § 1º, inciso III do art. 96 da Lei 14.133/2021.

5.1.3.1. A garantia de que trata o item anterior deve ter prazo de 60 dias a mais do que o prazo previsto para vigência do contrato.

5.2. A proponente vencedora deverá entregar a obra, completamente executada, conforme cronograma de execução, contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial:

5.2.1. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

5.2.1.1. Pela empresa contratada:



a) Visto junto ao CREA/SC ou CAU/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.

b) ART's ou RRT's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados.

c) Livro de registro dos funcionários.

d) Programas de Segurança do Trabalho.

e) Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

f) CNO da obra.

g) Diário de obra (de acordo com a instrução do Tribunal de Contas/SC).

h) Indicação do Título de Garantia do contrato, de acordo com o disposto no caput e § 1º, inciso III do art. 96 da Lei 14.133/2021. Em caso de escolha pelo Seguro Garantia deverá apresentar a Apólice de Seguro;

5.2.1.2 Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando o início da obra.

5.2.2. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's e CAU/BR, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

5.2.2.1. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

5.2.3. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

5.2.3.1. O Município poderá solicitar Laudo de Controle Tecnológico, sempre que considerar conveniente para atestar a qualidade do material utilizado.

5.2.3.2. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

5.2.4. Da medição dos serviços:

a. A empresa contratada deverá efetuar as medições dos serviços executados e entregar para a fiscalização a planilha de medição e diário de obra, a qual terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para confirmar a medição apresentada. Estando esta regular, a fiscalização autoriza a emissão da Nota Fiscal. Caso contrário, comunicará a empresa contratada o motivo da reprovação da planilha de medição.

b. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos e lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.

c. Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

d. Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, com base nos preços constantes do contrato, devidamente certificados.

5.2.5. Ao encerrar a obra a empresa contratada deverá:

5.2.5.1. Apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a. “*As built*” da obra.

b. Encerramento do CNO com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

5.2.5.2. Solicitar formalmente a realização da medição final.

5.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada.

5.2.7.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações de trânsito.

5.2.7.2. Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

5.2.8. Além dos documentos usualmente exigidos na fase de habilitação, as empresas



interessadas devem apresentar:

a) Prova de registro da empresa no CREA e/ou CAU com jurisdição no Estado onde está sediada, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.

b) Comprovação, para fins de demonstração de **capacitação técnico-profissional**, de possuir profissional (is) de nível superior, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA e/ou CAU, onde conste que o(s) mesmo(s) executou(aram) obras/serviços semelhantes aos do objeto desta licitação e, também, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, de cargo e função pela empresa proponente.

Pavimentação asfáltica	9.000,00	m <sup>2</sup>
Imprimação	900,00	m <sup>2</sup>
Pintura de ligação	900,00	m <sup>2</sup>
Base e/ou sub base	300,00	m <sup>3</sup>

c) Para atendimento das exigências relacionadas no subitem “b” acima, será permitida a apresentação de mais de 01 (um) atestado ou certidão (máximo de 03 [três]) para cada item do quadro apresentado, admitindo-se o somatório dos quantitativos para atendimento de cada item individualmente, desde que se refiram à experiência pertinente e compatível com o objeto da licitação.

d) Declaração expressa da empresa licitante de que, se vencedora deste processo, disporá de pessoal técnico qualificado e dos equipamentos necessários e em número suficiente para a execução do objeto.

e) Último balanço patrimonial e demonstrações contábeis do Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), e o Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

## 6. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após o ateste do boletim de medição pelo Fiscal do Conveniente junto ao sistema Transferegov.br.

O pagamento da medição final fica condicionado à vistoria *in loco* a ser realizada pela Mandatária da União/CAIXA, ficando também condicionada à apresentação do Termo de recebimento provisório da intervenção.



## 7. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor ELDRIN MAZIERO, com auxílio técnico do servidor DENIR ZULIAN, se necessário.

A gestora do contrato será a servidora NAYARA DE OLIVEIRA.

## 8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo para a execução do objeto será 06 (seis) meses conforme PLE, contados do recebimento da ordem de serviço inicial pela empresa contratada. A vigência do contrato firmado com a empresa contratada será de **06 (seis) meses**.

## 9. FONTE DE RECURSOS E VALOR TOTAL ESTIMADO

O valor total estimado para a contratação é de:

**Referente ao Lote 01** - Convênio 954640/2023 Trecho I: **R\$ 481.104,00 de recursos da União e R\$ 22.162,39 de recursos próprios**, totalizando R\$ 503.266,39 (quinhentos e três mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos);

**Referente ao Lote 02** - Convênio 953513/2023 Trecho II: **R\$ 481.104,00 de recursos da União e R\$ 68.579,71 de recursos próprios**, totalizando R\$ 549.683,71 (quinhentos e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos).

O valor total estimado da presente contratação é de R\$ 1.052.950,10 (um milhão, cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta reais e dez centavos).

## 10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 08.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA	
1.207 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS ACESSIBILIDADE	
130	4.4.90.00.00.00.00.00

## 11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os documentos abaixo apontados já se encontram disponíveis no Google Drive compartilhado da AMMOC, em via digital.

- Pranchas;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (Projeto);
- Memorial Descritivo e de Cálculo/especificações técnicas;
- Planilha Orçamentária com BDI;





e) Cronograma global;

Atenciosamente,

**DIOCLÉSIO RAGNINI**  
**Prefeito de Joaçaba**